



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 17ª reunião, realizada em 24 de maio de 2018

1 Em 24 de maio de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Henri Dubois Collet,
5 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Juliana Pereira
6 Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
7 (Seapa); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de Governo (Segov);
8 Fernando Antônio de Souza Costa, da Superintendência Federal de Agricultura
9 em Minas Gerais (SFA/MG) / Ministério da Agricultura, Pecuária e
10 Abastecimento (MAPA); Márcio Stoduto de Mello, da Empresa de Assistência
11 Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater); Rosa Maria
12 Medeiros, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Igor Lopes Braga, da
14 Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Guilherme da Silva Oliveira, da
15 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
16 Lucilene Aparecida da Silva, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
17 Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento
18 Verde de Paracatu (Mover); Emílio Elias Mouchrek Filho, do Conselho Regional
19 de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta.**
20 **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino
21 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Henri Dubois Collet declarou
22 aberta a 17ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. **3)**
23 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro
24 Emílio Elias Mouchrek Filho: “Nas nossas andanças pelo campo, nós estamos
25 trazendo, para apreciação da Câmara, uma situação simples e, ao mesmo
26 tempo, estranha. Há uma Portaria do IGAM nº 62/2017, que se refere a outorga
27 insignificante de poços chamados cisternas e poços mais simples, de diâmetro
28 em torno de 15 cm. E o que é chamado erroneamente de cisterna, poço de
29 boca de 3,5 m. Tudo na faixa do lençol freático, aproximadamente, 20 m. A
30 situação é o seguinte. Havia uma portaria mais antiga mostrando que a outorga
31 insignificante desses poços poderia ser feita com aquele poço que parece um
32 poço tubular profundo, mas é um poço raso, chamado manual. Estava indo
33 muito bem, até que a Portaria nº 62/2017, do final do ano de 2017, regulou o
34 diâmetro mínimo em 15 cm. Quer dizer, entre 15 cm e 3,5 m. Acontece que boa
35 parte dos poços existentes nos empreendimentos que eu conheço é mais
36 antiga. São poços mais antigos e têm um diâmetro de 10 cm. Tem também
37 outra portaria do IGAM falando a respeito disso. Eles me procuraram nesse

38 sentido, por ser a minha área de trabalho. Uma empresa importante no ramo da
39 avicultura e do abate perguntando para mim qual era a minha opinião nesse
40 sentido, porque a maior parte dos poços que eles têm é de diâmetro de 10 cm.
41 Eu falei que ia trazer o assunto aqui à Câmara e manifestei, particularmente, a
42 minha opinião como técnico, nesse sentido, de que não é o diâmetro do poço
43 que diz se a outorga vai ser significativa ou não. Tanto é que tem cisterna de 3,5
44 m. E que, se eu fosse eles, faria outorga insignificante falando que tem 15 e não
45 10 cm. Eu diria isso para eles. Acontece que eles fizeram uma consulta, e foi
46 dito que os poços cujo diâmetro esteja abaixo de 10 cm terão de ter outorga não
47 insignificante, mas projeto de outorga normal, como é a outorga significativa. Eu
48 fiquei de trazer aqui, provavelmente, para que a Câmara encaminhe para o
49 IGAM. Se for necessário, nós fazemos um depoimento no Conselho Estadual de
50 Recursos Hídricos, mas nós queríamos colocar o seguinte. Parece – não estou
51 afirmando – que quem redigiu ou quem levou isso aqui desconhece a realidade
52 do campo. E seria bom que se inteirasse mais um pouco do assunto. Eu queria
53 registrar, porque fiquei de dar uma resposta para essa empresa. É uma
54 empresa muito grande, o consumo de água não é pequeno, mas, nessas
55 regiões desses poços, são poços de produtores integrados que produzem
56 frango para essa empresa abater. Então, normalmente, é nessa linha de
57 trabalho. Eu queria registrar isso. Se a Câmara quiser se manifestar... Eu queria
58 saber qual tipo de providência pode e deve ser tomada.” Presidente Henri
59 Dubois Collet: “Nós vamos fazer o encaminhamento para o IGAM, por
60 competência, mas eu acho importante fazer essa comunicação dessa
61 solicitação. Se os conselheiros estiverem de acordo. Ok.” Conselheiro
62 Guilherme da Silva Oliveira: “Nessa questão que o Emílio colocou do uso
63 significativo, a Faemg apoia completamente. Eu até entrei em contato com o
64 pessoal do IGAM e acho um contrassenso, porque o impacto está sendo menor
65 em vez de maior, e a profundidade do lençol não está sendo alterada. Então, eu
66 acho que limitar o tamanho do poço talvez se limitasse por maior seria mais
67 interessante do que por menor. Quanto mais fino, menor impacto, melhor a
68 questão. Então, eu apoio o encaminhamento do Emílio. Outra questão que eu
69 queria colocar aqui foi uma questão colocada pelo Carlos Alberto,
70 representando a Faemg, na reunião passada, e que eu levantei aqui. É uma
71 questão que continua acontecendo. As Suprams estão multando os
72 suinocultores porque eles entram na faixa fora da delimitada pelo número de
73 cabeças. Com a nova DN 217, na suinocultura, passou de número de matrizes
74 para ciclo completo para número de cabeças. Eu acho que é uma questão
75 simples de se resolver, de entendimento. Os técnicos estão contando os leitões
76 em amamentação como a cabeça animal. E aí o que nós queremos é o
77 seguinte. Os leitões só devem ser contados como cabeça a partir do momento
78 que eles são desmamados, que eles vão para a creche. É uma coisa simples.
79 Porque antes, na DN 74 anterior, a unidade de produção de leitão era de 500
80 matrizes. Era pequeno. Então, 500 matrizes, pequeno. Com essa redução,

81 passou para 200 cabeças, mais de 50%. Se for contar os leitões em
82 amamentação como cabeça, a faixa vai fugir muito do que era antes. Eu
83 participei de várias reuniões dentro da Seapa, e o entendimento é que na matriz
84 em lactação os leitões não são contados. Os leitões são contados a partir do
85 momento em que vão para a creche, em que são desmamados. Então, é uma
86 coisa que eu peço para que se crie uma nota técnica em relação a isso. Se não
87 for criada, eu sugiro a criação de um Grupo de Trabalho da CAP para esse
88 entendimento. Eu creio que quem é técnico da área vai concordar comigo. Em
89 nenhum livro em que eu pesquisei o leitãozinho em lactação é contado nos
90 cálculos para dimensionamento de sistema de tratamento de efluente. É uma
91 questão em que eu bati na outra reunião e gostaria de colocar nesta reunião
92 novamente.” Conselheiro Igor Lopes Braga: “Primeiramente, eu apoio as duas
93 solicitações, tanto a do Emílio quanto a do Guilherme. São assuntos
94 importantes que eu acho que sempre têm que ser trazidos aqui na CAP para
95 podermos discutir, porque eu acho que é o fórum técnico com relação ao
96 agronegócio como um todo. O assunto que eu queria colocar aqui para
97 discussão é que, no último dia 2 de maio, foi implementado em Minas Gerais o
98 Sinaflor, que é o sistema on-line em que toda intervenção ambiental e os
99 pedidos de colheita florestal e de produção de carvão vegetal serão feitos. A
100 AMS acredita que esse sistema trará um avanço enorme para desburocratizar
101 todo o sistema, acabar com o processo de balcão, acabar com aquela grande
102 pilha de papéis e grandes tempos de análise. Mas ainda passamos por um
103 contratempo, eu acho que pela novidade da introdução do sistema. A AMS
104 havia pedido para o IEF que houvesse uma transição entre o momento de
105 operacionalizar o Sinaflor e a extinção do processo em balcão. Porque, a partir
106 do dia 2, os produtores ficaram impossibilitados de apresentar processo no
107 balcão, somente no sistema, só que muitos produtores não estão conseguindo
108 utilizar o sistema, por diversas questões técnicas. A única questão que eu
109 gostaria de colocar é saber do IEF algum tipo de resposta formal, se haverá
110 algum tipo de plano b, alguma possibilidade de se receber processos via balcão,
111 nem que seja para o produtor, e alguém da Regional do IEF acompanhar a
112 instrução dos processos via sistema. E reforçar aqui também que acreditamos
113 no sistema. Quando estiver rodando 100%, eu acho que vai ser um avanço
114 muito grande. E a AMS também está à disposição para apoiar qualquer medida,
115 qualquer ato, reunião, treinamento. Pode contar conosco.” Presidente Henri
116 Dubois Collet: “O Sinaflor foi implantado a partir do dia 2. No início, qualquer
117 sistema que se implante sempre tem muitas dificuldades, aparecem várias
118 situações que às vezes não esperamos que aconteçam. E o procedimento vem
119 avançando muito bem. Para terem uma ideia, na sexta-feira passada, nós
120 fizemos uma informação à AMS de que já tínhamos homologado 65 processos.
121 Nós tínhamos já cadastrados em torno de 280 processos, e já havia naquele
122 momento também dez projetos já lançados no sistema. Então, o sistema está
123 avançando, está aceitando, funcionando. Tem algumas dificuldades, e um dos

124 problemas é o cruzamento de informações. Se a empresa não estiver com o
125 Cadastro Técnico Federal, não consegue se cadastrar. Se tiver alguma
126 pendência, o sistema nos dá esse retorno. Tem alguns projetos, por exemplo,
127 que foram lançados, um deles, inclusive, eu estava acompanhando na hora da
128 homologação e simplesmente aparecia em um fundo branco. Você cadastra no
129 município e tenta ver qual é o município, se confere o município onde está
130 aquele empreendimento, seja uma carvoaria, seja um desmate. E hoje não é
131 feito mais como era antes, que era apenas um ponto, hoje tem que ter um
132 polígono, que vai aparecer na tela cruzando também com o CAR. O sistema é a
133 mesma imagem que vem do Google, é a imagem mais atualizada que temos
134 disponível. Quando vimos aquele fundo branco, o ponto apareceu na
135 Groelândia. Lógico que tem um problema ou de datum ou de coordenada.
136 Então, se devolve o processo para que o empreendedor faça a correção. O
137 processo não vai passar, porque ele é feito ali naquele mesmo momento, e é
138 muito rápido. Nesta semana, a informação que eu tive é que já devemos ter
139 mais de 700 processos cadastrados. O sistema está avançando, estamos tendo
140 progresso, não estamos pensando em plano b ou em outra possibilidade.
141 Lógico que os balcões vão fazer atendimentos, porque sabemos que, em algum
142 momento, tem muita gente que não tem condições de fazer sozinho em casa,
143 quando se pega alguma área pequena. As empresas, não, as empresas estão
144 organizadas. Mas muitas vezes vai ter atendimento no balcão. Só que, no
145 momento, não podemos ter atendimento no balcão porque estamos implantando
146 o sistema gradativamente. Tem a questão de token, tem uma responsabilidade,
147 alguns vão ser com senha. Quando o cidadão abre a sua senha, ele já vai ter
148 acesso ao sistema. E isso tem que nos dar também segurança porque já
149 tivemos problemas e estamos tendo, de alguns supervisores ou responsáveis
150 nesse procedimento que às vezes passaram a senha ou o token para outra
151 pessoa, e a pessoa fez uma coisa que não poderia ter feito, um lançamento que
152 não poderia ter feito, uma aprovação que não poderia ter feito. Então, nós
153 estamos tendo todo o cuidado, neste início, de fazer todo o procedimento. Os
154 nossos 14 supervisores já receberam os tokens, já estão operando. Os
155 coordenadores também. Todo dia eu assino um bolo de autorizações de outros
156 servidores que também vão estar fazendo esse procedimento, avançando com
157 esse procedimento. Estamos seguindo todas as regras do Sinaflor. Optamos
158 por migrar para o Sinaflor não só também por uma determinação do próprio
159 Ibama de que deveria estar todo mundo nesse programa. É o custo. Se
160 fôssemos continuar independentes, em algum momento, teria que ter uma
161 migração ou uma comunicação entre os dois sistemas, mas isso está ficando
162 muito caro, ficaria muito mais caro para o Estado, e nós já não temos recurso
163 suficiente para querer inventar a roda de novo. Então, é um processo em que
164 acreditamos, firmemente, que tem avançado. E deixar muito claro também que
165 os processos que foram cadastrados ou deram entrada antes do dia 2 de maio
166 são reconhecidos e estão seguindo os processos normalmente. Nós fizemos

167 uma reunião, há duas semanas, com toda a equipe de supervisores e
168 coordenadores para que, até o final de junho agora e no máximo até 15 de
169 julho, tenhamos todos os processos que vieram por esse sistema já analisados
170 e devolvidos. Porque isso dá um fôlego muito grande para as empresas. Ou
171 seja, aquelas empresas que já vinham se cadastrando, que já vinham
172 trabalhando no sistema anterior. Eu tive, esses dias, um exemplo de um
173 proprietário que ficou preocupado. 'Tem dois anos que estou tentando trazer a
174 documentação', e sempre estava faltando alguma coisa dele. E ele trouxe e, no
175 dia 4, dia 5, por aí, já queria pagar a guia. Lógico, temos que emitir. Ele fez todo
176 o procedimento dentro do sistema anterior, nós temos que reconhecer. Ele
177 tentando fazer toda a legalização da propriedade, informações de que ele
178 precisava, e eu agora simplesmente não posso falar com ele 'começa tudo de
179 novo'. Então, por isso que estamos fazendo isso em respeito a todo o trabalho
180 que tinha sido feito, não só pelos nossos servidores, mas também pelos
181 interessados em faz o seu cadastramento, sua aprovação, receber sua guia e
182 poder fazer a carbonização, assim como também nos novos nós estamos
183 correndo atrás para não atrasar. Nesta semana, estão em Brasília a Luciana, o
184 Márcio, a Daniela Souza, no Ibama, fazendo justamente esse ajuste. Porque
185 começam a aparecer problemas. Nós tivemos Regionais que viram seus
186 projetos já cadastrados, outros não conseguiam abrir. Mas o problema é a
187 nossa internet, é o nosso sistema, é em Brasília no sistema, que tem que
188 cadastrar também? Cada Regional tem que ser cadastrada. Então, às vezes,
189 teve uma informação que não foi reconhecida no sistema, e ele não liberou. O
190 sistema tem vários controles e tem que estar todo certinho também. Nós
191 também temos que estar bem cadastrados no sistema, cada Regional, cada
192 servidor. Por isso esse cruzamento de informações é muito importante neste
193 momento. Reafirmando, no momento, não vemos possibilidade de fazer um
194 plano b. Esse sistema anterior, a proposta é que continue, normalmente, até
195 dezembro, e, à medida em que formos liberando, ele vai sendo acoplado ao
196 novo sistema. Então, vamos migrando, gradativamente, para também não trazer
197 problema para ninguém. Então, a proposta é que, esses problemas que tiver,
198 nos comuniquem, façam aquele relacionamento que temos tido muito bom com
199 a AMS, com a Adriana. Algumas empresas tiveram problema, no início, mas já
200 ajustaram. Eles estão vindo bem rápido porque têm, realmente, equipes
201 preparadas ou consultores preparados. Então, a coisa está avançando, e eu
202 espero que, nesta semana, já comecemos a aprovar vários projetos e liberar
203 também as guias de pagamento, porque também precisamos de arrecadar.
204 Então, estamos alinhados." Conselheiro Igor Lopes Braga: "Obrigado pelas
205 informações, eu acho que esclareceram bastante. Ontem, eu encaminhei uma
206 planilha que as empresas me mandaram com todos os processos que estão
207 tramitando no Sinaflor e até onde eles pararam e quais são as principais
208 dúvidas e os principais impedimentos. Eu acho que vai facilitar para vocês
209 identificarem onde está o gargalo por parte das empresas. E sobre a questão da

210 taxa muitas empresas já estão finalizando o seu saldo e estão querendo pagar a
211 taxa justamente para poder já começarem a praticar as atividades. Só que não
212 conseguiram chegar ainda à fase em que conseguem emitir a taxa. Eu acho que
213 seria importante dar uma acelerada nessa questão somente.” Presidente Henri
214 Dubois Collet: “Foi bom terem enviado essa relação e as dificuldades porque,
215 como o pessoal está lá no Ibama, estão resolvendo junto com o Sócrates, que é
216 o responsável lá. E eles ficam satisfeitos. Quando se fala que no Paraná tiveram
217 70 inscrições no sistema, na Bahia, 50, não sei aonde, 30. E Minas Gerais já
218 tem 700. Nós estamos preocupados com esses, porque não são 30, o que se
219 resolve na mesma hora. Quando se começa a pensar em um número tão
220 grande assim, então, eles ficaram satisfeitos de termos ido para lá, com a
221 equipe toda, para fazer esses ajustes. E eu espero que, na segunda-feira, já
222 tenhamos boas notícias. Amanhã, a Daniela deve soltar novo relatório de como
223 está a situação para a AMS, para divulgarmos para os outros conselheiros
224 também, porque eu acho importante para terem conhecimento.” Conselheiro
225 Guilherme da Silva Oliveira: “A respeito desse assunto ainda do Sinaflor, nós
226 também, na Faemg, temos recebido uma demanda sobre o sistema. Quando o
227 sistema estiver funcionando, a Faemg vai pedir o apoio ao IEF para o
228 treinamento da nossa equipe, até para treinarmos outras pessoas no sistema,
229 os sindicatos, para divulgar a forma de trabalhar no sistema. Porque ainda
230 estamos tendo muita dificuldade também de entendimento do sistema. Se
231 possível, a AMS também fazer uma rodada de treinamento junto.” Presidente
232 Henri Dubois Collet: “Está prevista essa rodada de treinamento. Já estamos
233 fazendo alguns treinamentos com a nossa equipe mesmo, que está vindo do
234 interior, na Fundação João Pinheiro, que tem um auditório com 30
235 computadores, com internet. Então, se consegue colocar todo mundo e atender
236 todo mundo naquela sala. Nós tivemos essa dificuldade na Cidade
237 Administrativa, porque só tinha sala para 15. Com 30 pessoas em uma sala, fica
238 bem melhor para capacitar. A ideia é primeiro concluir a nossa capacitação, a
239 nossa orientação da equipe toda, e, então, começar a fazer esse treinamento
240 para que o processo ande bem mais rápido.” Conselheiro Fernando Antônio de
241 Souza Costa: “Eu gostaria só de informar que foi lançado, na última segunda-
242 feira, na Embrapa Sete Lagoas, o curso sobre mudanças climáticas e uso das
243 tecnologias de baixa emissão de carbono, na modalidade de educação à
244 distância. São 500 vagas que estão sendo oferecidas gratuitamente. Esse curso
245 é um convênio entre o Ministério da Agricultura, Embrapa Milho e Sorgo. Então,
246 eu gostaria de informar que quem tiver interesse, as instituições, de capacitar
247 técnicos da área de ciências agrárias pode se inscrever no site. Na Embrapa, já
248 estão abertas as inscrições, e qualquer coisa também é só me enviar relação
249 dos nomes das empresas que eu encaminho para a Embrapa viabilizar as
250 vagas para o pessoal, que são das instituições parceiras.” Conselheira Juliana
251 Pereira Cunha: “Primeiro, eu queria apoiar a manifestação da Faemg em
252 relação à questão da suinocultura. Nós discutimos bastante a questão da DN,

253 quando foi modificada, inclusive, com técnicos da SEMAD, e, em todo
254 momento, o entendimento foi o que o Guilherme trouxe. Até para o leigo é fácil
255 observar a diferença do impacto de um leitão e depois que ele desmama e a
256 questão no tamanho mesmo. Então, eu sugiro que isso seja, realmente, muito
257 observado, inclusive, com prazo, porque a Faemg já se manifestou na reunião
258 passada, e nós agora novamente não tivemos nenhum resultado. Quando
259 olhamos a DN, podemos estar tendo algumas multas que poderiam ser
260 dispensa de licenciamento. Então, isso vai gerar até problema para o Estado,
261 porque vai ter recurso e tudo o mais, inclusive, por um erro mesmo de atuação,
262 no nosso entendimento, que parece também ser o entendimento dos técnicos
263 da SEMAD. É um assunto que é sério, que deve ser observado e que nós
264 também na Seapa vamos procurar solucionar, e, se for possível, se for
265 necessário, fazer uma nota técnica mesmo para deixar esse assunto mais
266 defendido. Outro ponto é que eu gostaria de convidar a todos para participar da
267 38ª Exposição Estadual Agropecuária, que está acontecendo no Parque da
268 Gameleira. Iniciou ontem e vai até domingo. São muitas atrações, está bem
269 diversificada. Todo ano temos crescido muito – é a Seapa que capitaneia –, e
270 temos inovado com galpões diferentes, floricultura, piscicultura... Neste ano,
271 temos o galpão de processamento para observar algumas etapas de
272 processamento na fabricação de cachaça, mel e tudo o mais. Está bem
273 divertido. Para a criançada, tem muita atração. É gratuito, o dia inteiro, tem sido
274 sucesso de público todo ano. Então, eu espero vocês lá.” Conselheiro Antônio
275 Eustáquio Vieira: “Eu estou aproveitando a oportunidade aqui hoje para
276 apresentar um pequeno relato de um acidente que ocorreu na Bacia do
277 Paracatu, no mês de março, que foi um piscinão que rompeu na cidade Varjão
278 de Minas. Isso foi em meados de março. Logo no início de abril, o Estado
279 vistoriou essa área, fizeram sobrevoo, e teve notificação e multa. No relatório
280 apresentado, mostrou-se que, com o rompimento desse piscinão, os
281 sedimentos, a terra foi para dentro da vereda, dessa vereda foi para o rio da
282 Prata, e do rio da Prata foi para o rio Paracatu, a quase 200 km de distância do
283 local. Temos algumas fotos que moradores da região nos mandou, na ocasião.
284 E o fato é que desceram, para dentro do rio Paracatu, 20 mil toneladas de terra.
285 O que mais chama atenção nossa na região é que aqui teve um rompimento de
286 um mineroduto que jogou 300 toneladas de minério dentro de um corpo d’água,
287 e foi um salseiro; 300 toneladas, que dão 20 caminhões. E lá nós tivemos 20 mil
288 toneladas, e, praticamente, ninguém falou sobre isso no Estado. Então, eu acho
289 que o pessoal da Faemg tinha que fazer um trabalho junto a esses produtores,
290 porque eu acho que isso acaba denegrindo a imagem da entidade. E isso está
291 acontecendo na nossa região não é de hoje. Coincidentemente, na penúltima
292 reunião, eu vim de carona com o pessoal da nossa região para cá. O Ricardo
293 está ali, e eu comentei com ele. O que eu estou vendo de piscinão na região
294 que vai arrebentar e causar problema não é pouco. Estamos vendo inúmeros. E
295 ele comentou comigo, ‘o Estado não fiscaliza piscinão, o que nós cobramos é o

296 projeto técnico'. Mas eu acho que temos que dar um jeito nessa história, eu
297 acho que o Estado tem que estar atento a isso. Eu conheço um piscinão em
298 Paracatu em que vai acontecer a mesma coisa, beirando a vereda, fora da APP,
299 mas está beirando. Neste ano, eu vi esse piscinão com um monte de fissura. É
300 gigantesco esse piscinão. E aí está o resultado. Ainda bem que o Estado agiu.
301 Parece que a multa é em torno de R\$ 500 mil. Mas foi um problema. É uma
302 bacia que é o principal afluente do São Francisco, isso tranquilamente foi
303 chegar ao São Francisco. Está a 200 km da foz. E Varjão de Minas para lá de
304 Patos de Minas, para lá de Presidente Olegário. Então, só para que vocês
305 tenham uma noção do que está acontecendo. Outra questão que eu queria
306 aproveitar a oportunidade para passar de informação para vocês. Embora
307 estejamos em uma região isolada aqui, ninguém aqui sabe o que está
308 acontecendo. É a região Noroeste de Minas, não temos grande imprensa por lá.
309 Sabemos que a imprensa, na maioria das vezes, tem outros interesses, a mídia
310 em geral. Mas nós estamos tentando agir. O rio Paracatu é o principal afluente
311 do São Francisco, como eu já disse. Temos tentado fazer um trabalho razoável,
312 e agora no dia 5 temos a reunião plenária do Comitê, de manhã, e depois do
313 almoço teremos uma reunião de trabalho com técnicos do IGAM, em que, junto
314 com técnicos da bacia e do Comitê, nós vamos debater a instalação de centrais
315 de monitoramento, tanto automatizadas como manuais no rio Paracatu, porque
316 só temos uma, manual, e precisamos de mais centrais para conhecermos o rio
317 e tomarmos as devidas providências. Vocês devem ter acompanhado, no ano
318 passado, que o rio secou, e neste ano está indo pelo mesmo caminho. Então,
319 para tomar providência, nós temos que conhecer o rio e não o conhecemos.
320 Então, o IGAM acatou essa nossa proposta. No dia 5, estaremos discutindo
321 com o IGAM aonde instalar essas centrais de monitoramento de vazão. São
322 duas automatizadas, por enquanto, e algumas regras que nós vamos instalar lá,
323 para que tomemos as providências devidas de gestão do rio. Nós temos a
324 possibilidade de um decreto de cessão de uso, mas em cima de que nós vamos
325 fazer isso? Não conhecemos o rio, o procedimento dele. Então, só para mostrar
326 para vocês que, embora estejamos isolados lá, o Estado tem nos atendido, e
327 estamos, conjuntamente, tentando tomar decisões para que minimizem os
328 problemas e, principalmente, o prejuízo para os usuários. Porque na bacia do
329 Entre-Ribeiros, uma sub-bacia do Paracatu, tem monitoramento, e lá eles só
330 plantam até certo período, em cima de informações que têm de vazão. O que
331 nós não temos no Paracatu. Enquanto a bacia estava toda seca, uma parte do
332 Paracatu tinha água por causa das barragens de eletricidade de Unaí, mas a
333 bacia do Entre-Ribeiros tinha água, por causa da gestão que tem lá. Inclusive,
334 eu tenho dito muito para os produtores da região do Entre-Ribeiros trazerem
335 essas informações para que sirvam de exemplo para usuários de outras bacias.
336 Eles não têm isso como prioridade, mas fazem essa gestão. Então, fica aqui
337 essa informação para vocês. Se algum desavisado por aí falar que não se está
338 fazendo nada na nossa região, o Comitê e o IGAM estão tentando fazer alguma

339 coisa.” Vânia Mara de Souza Sarmiento, assessora dos Órgãos
340 Colegiados/SEMAD: “Nós estamos passando em todas as Câmaras, fizemos
341 uma apresentação na reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
342 porque se encontra aberto o processo eleitoral para recomposição dos CERH, o
343 que acreditamos fazer na primeira semana de agosto. Refere-se ao triênio
344 2018/2021. O CERH é composto por 40 entidades: dez membros do poder
345 público estadual, dez do poder público municipal, dez de usuários e dez da
346 sociedade civil. Serão renovadas todas as vagas que passam pelo processo
347 eleitoral, na titularidade e suplência. Os sites da SEMAD e do IGAM trazem
348 todas as informações necessárias para participação no processo eleitoral.
349 Foram publicadas no dia 3 de maio. As inscrições deverão ser feitas do dia 3 de
350 maio até o dia 4 de junho. Nós estendemos o prazo para que pudesse ser de
351 conhecimento de todos. Tem uma ficha de inscrição, o processo de
352 cadastramento é todo on-line, então, inserem-se os documentos lá. Tem uma
353 comissão constituída para fazer análise dessa documentação. As Suprams
354 estão dando um suporte para nós. Algum lugar em que não se tenha acesso à
355 internet ou que haja dificuldade para mexer com computador e tudo, as Suprams
356 vão ajudar no preenchimento dessas fichas, no cadastramento no site. Tem uma
357 comissão específica também, e a secretaria executiva do CERH está à
358 disposição para dar as informações que forem necessárias. Para o poder
359 público municipal que tiver interesse, tem as associações microrregionais que
360 vão estar captando essas inscrições e que vão nos enviar para a escolha de um.
361 Serão empossados na presença do secretário de Estado, Dr. Germano. Isso vai
362 acontecer na primeira semana de agosto. Nos sites tanto da SEMAD quanto do
363 IGAM tem um banner, com o edital, o calendário de atividades, os documentos
364 para inscrição, o formulário, caso tenha algum recurso, impugnação; e o modelo
365 de ofício para aquelas entidades que são membros natos fazerem suas
366 indicações. Nós contamos com a divulgação de vocês. O Conselho Estadual de
367 Recursos Hídricos, tanto quanto o Conselho Estadual de Política Ambiental, é
368 um conselho muito importante e tem tomado decisões muito importantes no
369 nível de recursos hídricos no nosso Estado. Desde já agradeço. Muito obrigada.”

370 **4) EXAME DA ATA DA 16ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 16ª
371 reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 26 de abril de
372 2018. A Presidência registrou votos favoráveis das seguintes representações:
373 MAPA, Segov, Mover, Faemg, Crea, Fetaemg, AMS, Ibama e Emater.
374 Registrada abstenção da Seapa. Registradas as suspensões da Seda e da Ufla.
375 A ata foi aprovada com a seguinte correção: - Linha 227, o nome da entidade
376 citada é “Asemg” e não “Azemg”. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
377 **EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 5.1) Sandra Maria de**
378 **Araújo Zandbergen e Outros. Fazenda Nova Holanda, José Machado, Bom**
379 **Sucesso, Santa Isabel, Patrimônio, Santa Maria e Capetinga. Culturas**
380 **anuais, excluindo a olericultura. Paracatu/MG. PA 02520/2015/003/2015.**
381 **Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste.** Licença concedida por

382 unanimidade nos termos do Parecer Único. A Presidência registrou votos
383 favoráveis das seguintes representações: MAPA, Segov, Mover, Faemg, Crea,
384 Fetaemg, AMS, Seapa, Ibama e Emater. Registrada as suspensões da Seda e
385 da Ufla. **6) ENCERRAMENTO. Proibição de pesca. Conselheiro Antônio
386 Eustáquio Vieira: “Nós fizemos uma consulta para o Thiago, que estava na
387 reunião anterior, me parece, a respeito de uma lei que a Prefeitura de Paracatu
388 está querendo que seja aprovada lá proibindo a pesca no município. Nós
389 recebemos um relatório dizendo que quem são responsáveis pela pesca no
390 Brasil são o Ibama e o IEF, no nosso caso. E a informação que nós temos é
391 que, caso exista um movimento em algum município que entenda que a pesca
392 tem que ser suspensa em algum rio do município, na Bacia, que seja feita uma
393 solicitação, através de um estudo já desenvolvido pelo interessado, para que o
394 Estado adéque a legislação existente. Isso tem dado certa confusão na cidade,
395 porque os pescadores profissionais estão alvoraçados, e a prefeitura continua
396 falando que vai aprovar essa lei e os vereadores, por sua vez, não procuram se
397 informar. Eu estou trazendo isso aqui para ver se o Estado está sabendo disso,
398 se o Estado tem como fazer uma nota técnica e encaminhar para a câmara,
399 principalmente, porque ela também acaba sendo pressionada pela prefeitura,
400 em cima dessa questão. Se o IEF poderia levantar isso, fazer uma nota técnica
401 e encaminhar para a câmara.” Presidente Henri Dubois Collet: “Nós temos por
402 princípio entender a autonomia dos entes, da Federação, que define suas
403 normas, do Estado também, e, da mesma maneira, do município. O município
404 tem sua autonomia legislativa de gestão do seu território. Eu acho até
405 importante colocar isso, porque eu tenho esse problema, possivelmente, lá nas
406 unidades de conservação. Quando você fala de APA, dá impressão que o
407 problema de APA é só do IEF, ‘o IEF que tem que cuidar da APA’, sendo que no
408 território da APA é o município que define onde vai fazer área urbana, onde vai
409 fazer uma rodovia. Qualquer intervenção que seja, em primeiro lugar, é o
410 município que tem lá toda a sua autonomia para fazer isso. Mas na hora de
411 sentar na mesa para discutir conosco o que pode fazer e o que não pode,
412 normalmente, eles já chegam com a área urbana decretada, com as coisas já
413 definidas, e nós temos que respeitar. Na questão de pesca, estamos com uma
414 situação agora, passando, inclusive, uma revisão dessas normas. O decreto
415 que definiu onde se podia pescar e onde não podia está, neste momento, sendo
416 discutido. No caso do rio Abaeté, o rio está com proibição de pesca, que foi
417 inserido no decreto que não se poderia pescar em um determinado trecho. Nem
418 sei se é o trecho todo, porque na realidade não veio do IEF, já veio no decreto,
419 que está sendo revisado agora, porque os pescadores, realmente, se
420 mobilizaram, e outros municípios se mobilizaram, e estamos fazendo a revisão
421 desse decreto. Deve sair brevemente. Se tem essa situação lá, que seja
422 informada também, mas é a questão da competência do município também em
423 falar ‘nesse rio eu não quero que pesquem’. Agora, ele tem que assumir todas
424 as suas responsabilidades também, não pode ser ‘não vai pescar, mas vai**

425 resolver lá no Estado'. Eu acho importante fazer essa comunicação.”
426 Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Nós temos a proposta de lei que está
427 rolando lá na câmara. Poderia passar direto para o Rodrigo?” Rodrigo Teixeira
428 de Oliveira/Supram Noroeste: “Eu entendo que a Supram e o IEF não vão se
429 manifestar favorável ou contra um projeto de lei. Se essa lei for aprovada ou
430 não, quem tem obrigação de fiscalizar é o Ministério Público. O Estado não vai
431 se manifestar sobre isso de forma nenhuma, acredito. Não sei qual resposta o
432 IEF vai dar, mas a Supram daria dessa forma.” Presidente Henri Dubois Collet:
433 “A resposta é exatamente a mesma, essa questão das competências. Outros
434 municípios estão, meio que ‘CTRL C, CTRL V’, analisando essa lei, vários
435 municípios estão estudando essa possibilidade, mas nada que tenha chegado
436 de concreto. Agora, é a autonomia que é importante e devemos respeitar. Eu
437 acho que você deveria fazer esse encaminhamento, talvez, ao Ministério
438 Público e também para as Suprams, para que tenham conhecimento, já que
439 estão fazendo revisão em normas de outros rios também com relação à pesca.
440 Eu acho que é importante levar isso.” **Moções aprovadas pela CAP**. A Câmara
441 de Atividades Agrossilvipastoris aprovou por unanimidade, nesta sessão,
442 moções nos seguintes termos. Moção nº 002/2018 – Os conselheiros da
443 Câmara de Atividades Agrossilvipastoris (CAP) do Conselho Estadual de
444 Política Ambiental (COPAM), em sua 17ª reunião, ordinária, realizada em 24 de
445 maio de 2018, às 9h, no município de Belo Horizonte, Minas Gerais, com fulcro
446 no artigo 18 do Decreto 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e no artigo 5º,
447 inciso IV, da Deliberação Normativa COPAM nº 177, de 22 de agosto 2012,
448 aprovaram moção com o seguinte teor. ‘Considerando-se que a Portaria IGAM
449 nº 62/2017 se refere a poços manuais com profundidade máxima de 20 m e
450 diâmetro maior ou igual a 15 cm para efeito de uso insignificante; e que existem
451 inúmeros empreendimentos com poços cujo diâmetro é de 10 cm e o consumo
452 de água se enquadra em insignificante; propõe-se que os poços manuais com
453 diâmetro inferior a 15 cm sejam também enquadrados para efeito de uso
454 insignificante. Belo Horizonte, 24 de maio de 2018.’ Moção nº 003/2018 – Os
455 conselheiros da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris (CAP) do Conselho
456 Estadual de Política Ambiental (COPAM), em sua 17ª reunião, ordinária,
457 realizada em 24 de maio de 2018, às 9h, no município de Belo Horizonte, Minas
458 Gerais, com fulcro no artigo 18 do Decreto 46.953, de 23 de fevereiro de 2016,
459 e no artigo 5º, inciso IV, da Deliberação Normativa COPAM nº 177, de 22 de
460 agosto 2012, aprovaram moção de apoio à padronização de entendimentos
461 referentes à contagem de animais em procedimentos de vistoria e o/ou
462 fiscalização, em relação à DN 217, para suinocultura, com o seguinte teor: ‘Que
463 os leitões em amamentação não sejam contados para fins de levantamento do
464 porte do empreendimento e somente sejam considerados para contagem a
465 partir do desmame, ou seja, do momento em que são separados das matrizes.
466 Belo Horizonte, 24 de maio de 2018.’ Não havendo outros assuntos a serem

467 tratados, o presidente Henri Dubois Collet agradeceu a presença de todos e
468 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

469

470

471

472

473

474

APROVAÇÃO DA ATA

Henri Dubois Collet
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris